

Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise da evolução do pensamento humano em relação à consciência sobre o meio ambiente

Territorial development sustainable: an analysis of the evolution of human thought in relation to awareness of the environment

Rodrigo Augusto Kovalski¹

Resumo

A humanidade vive uma crise socioambiental em escala global. Suas características e consequências são complexas e desafiam a própria humanidade a compreendê-la. De maneira geral, os princípios organizadores dos sistemas econômico, político, cultural e social hegemônicos demonstram-se incompatíveis com as exigências dos sistemas ecológicos e com a satisfação das necessidades básicas humanas. Assim, como forma de reflexão ao problema, a proposição básica deste artigo é estudar a trajetória do ecodesenvolvimento e como ele foi desenvolvido e discutido ao longo das décadas de 1960 até o novo milênio. Busca-se compreender como as novas proposições do desenvolvimento sustentável estão sendo implementadas junto às configurações sociais e seus respectivos atores, e como esses estudos e formas de atuação podem vir a ser uma forma de reprogramação econômica, política e social para a crise socioambiental, valorados com o nome de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Como pano de fundo a essa discussão, além da trajetória histórica do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável, discutir-se-á quais são seus pressupostos e limitações dentro das esferas social, econômica, ecológica, cultural, geográfica e tecnológica. Este artigo propõe, então, uma revisão de literatura da trajetória do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, observando como esses princípios estão remodelando o pensamento humano em relação à consciência sobre o meio ambiente e como essas novas práticas implementadas podem levar a reprogramações que conduzam o mundo a um novo modelo de desenvolvimento, que se distancie de uma crise socioambiental.

Palavras-chave: Ecodesenvolvimento. Desenvolvimento Territorial Sustentável. Identidade.

¹ Professor do Departamento de Letras/Português da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Contato: rodrigoakovalski@yahoo.com.br

Abstract

Humanity is a socio-environmental crisis on a global scale. Its characteristics and consequences are complex and defy humanity itself to understand it. In general, the organizing principles of economic, political, cultural and social hegemonic systems have shown to be incompatible with the requirements of ecological systems and the satisfaction of basic human needs. As well as form of reflection to the problem, the basic proposition of this article is to study the trajectory of eco-development and how it was developed and discussed throughout the 1960s to the new millennium. Understanding how new propositions of sustainable development today are being implemented with the social settings and their respective actors and how these studies and ways of working can prove to be a form of economic reprogramming, political and social, for the environmental crisis, valued at the name of Territorial Development sustainable. As background to this discussion, besides the historical trajectory of eco-development to sustainable development, will discuss up-what are your assumptions and limitations within the social, economic and ecological, cultural, geographic and technological. This article then proposes a literature review of the trajectory of eco-development to sustainable development in recent decades and how these principles are reshaping human thinking to awareness on the environment and also how these new practices implemented can lead to reprogramming leading the world a new development model that distances himself from a social and environmental crisis.

Keywords: Ecodevelopment. Sustainable Territorial Development. Identity.

Introdução

A humanidade vive uma crise socioambiental em escala global. Suas características e consequências são complexas e desafiam a própria humanidade a compreendê-la. De maneira geral, os princípios organizadores dos sistemas econômico, político, cultural e social hegemônicos demonstram-se “incompatíveis com as exigências dos sistemas ecológicos e com a satisfação das necessidades básicas humanas” (KAPP, 1972, p. 91).

De acordo com Vieira (2000, p. 18):

os principais fatores condicionantes da crise podem ser encontrados nas modalidades convencionais de regulação da dinâmica do desenvolvimento socioeconômico, que geralmente não leva em consideração uma avaliação criteriosa dos custos sociais e ambientais implicados.

Assim, como forma de reflexão ao problema, a proposição básica deste artigo é estudar a trajetória do ecodesenvolvimento e como ele foi desenvolvido e discutido ao longo das décadas de 1960 até o novo milênio. Busca-se

compreender como as novas proposições do desenvolvimento sustentável estão sendo implementadas junto às configurações sociais e seus respectivos atores, e como esses estudos e formas de atuação podem vir a ser uma forma de reprogramação econômica, política e social para a crise socioambiental, valorados com o nome de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Como pano de fundo a essa discussão, além da trajetória histórica do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável, discutir-se-á quais são seus pressupostos e limitações dentro das esferas social, econômica, ecológica, cultural, geográfica e tecnológica. Este artigo propõe, então, uma revisão de literatura da trajetória do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, observando como esses princípios estão remodelando o pensamento humano em relação à consciência sobre o meio ambiente e como essas novas práticas implementadas podem levar a reprogramações que conduzam o mundo a um novo modelo de desenvolvimento, que se distancie de uma crise socioambiental.

1 Crise ambiental: o despertar da humanidade para a degradação do seu meio

A humanidade, ao longo de sua evolução, mas principalmente no último século, começou um projeto grandioso: o de criar um mundo paralelo ao natural, visualizado por meio da economia e da tecnologia. No entanto, esse mundo virtual vem afetando de maneira plural a qualidade de vida do homem e sua permanência nesse meio, por ser insustentável.

Esse novo mundo criado pela humanidade é uma consequência do modelo de produção e desenvolvimento adotado, o qual vê a natureza como fonte infinita de recursos, de onde tudo se pode retirar, sem a menor consciência do ato ou nenhum pensamento futuro a respeito do equilíbrio entre o homem e seu meio.

Segundo Seiffert (2011, p. 6):

A questão da sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento capitalista-industrial, vista a partir da perspectiva da lei da entropia², mostra o quadro de

² A entropia é discutida pela 2ª Lei da Termodinâmica e estabelece que parte da energia que circula em um sistema tende a perder-se para o meio, não podendo ser utilizada para produzir trabalho ou biomassa. Ela mede o grau de desorganização ou ineficiência de um sistema. Os sistemas gerados pelo homem são extremamente entrópicos quando comparados aos sistemas naturais. (AULETE, 1964, p. 1439).

insustentabilidade, pois se trata de duas forças que caminham em direções opostas. Enquanto a lei da entropia aponta para os limites materiais e energéticos, o capital aponta para uma necessidade inerente de expansão infinita. Enquanto a entropia aponta para uma questão qualitativa, o desenvolvimento do capitalismo é orientado e sancionado pelas regras quantitativas do mercado.

Em virtude desse cenário, a humanidade, a partir da década de 1960, iniciou lentamente um processo de preocupação para com a conservação e preservação da qualidade ambiental. Porém, esse pensamento ainda é descendente dos países desenvolvidos, pois vêm deles os principais acidentes/incidentes ambientais que chamaram atenção do mundo para a importância da qualidade ambiental.

A partir dessas preocupações é que se inicia a materialização de uma série de eventos, os quais, de maneira histórica, começam a embasar o pensamento e a crítica a respeito do sistema vigente de mercado e desenvolvimento e o amadurecimento de conceitos de desenvolvimento sustentável e educação ambiental, os quais começam a formar novos discursos na sociedade, embora ainda bastante insipientes globalmente.

1.1 Década de 1960

Embora nessa época o homem ainda apresente um baixo nível de conhecimento das dinâmicas ligadas ao processo de consumo e desenvolvimento em relação ao meio ambiente, data dessa década os primeiros estudos e comissões sobre os impactos ambientais.

Em 1968, é criado o Clube de Roma, liderado pelo industrial italiano Peccei, pelo cientista escocês Alexander King e formado por outros 36 cientistas e economistas. Suas comissões multidisciplinares estudaram o impacto global das interações dinâmicas entre produção industrial, população, danos ao meio ambiente, consumo de alimentos e uso de recursos naturais (SEIFFERT, 2011). Seus principais objetivos eram promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes (econômico, político, social e natural), que formam o sistema global em que vivemos e chamar atenção dos que são responsáveis por decisões de alto alcance e dos cidadãos comuns, em esfera mundial, para esse novo modo de entender as relações dos sistemas que compõem a vida humana, a fim de promover novas iniciativas e planos de ação (MEADOWS et al., 1972).

Os fundadores do Clube de Roma eram unidos em problemas gerais que já permeavam a sociedade da época, problemas “de tanta complexidade e tão inter-relacionados, que as instituições e os planos de ação tradicionais já não eram capazes de superá-los nem mesmo de enfrentá-los em seu conjunto” (MEADOWS et al., 1972, p. 11). Os problemas com a degradação do meio ambiente, a pobreza, as políticas públicas e a ignorância diante dos fatos já alertavam sobre um futuro não benéfico para as próximas gerações. Diante disso, Meadows et al. (1972, p. 11) colocam que o

dilema da humanidade é que o homem pode perceber a problemática e, no entanto, apesar de seu considerável conhecimento e habilidades, ele não compreende as origens, a significação e as correlações de seus vários componentes e, assim, é incapaz de planejar soluções eficazes.

1.2 *Década de 1970*

Em 1972, um relatório intitulado “Os limites do crescimento” (*Limitstogrow*), publicado pelo Clube de Roma, chamava atenção, por meio de projeções matemáticas, sobre o quão drástico era a perspectiva em relação à escassez e esgotamento dos recursos naturais, com níveis perigosos de crescimento populacional, os quais, em um prazo de cem anos, poderiam ser atingidos (MOURA, 2002).

No mesmo ano, em Estocolmo, na Suécia, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, liderada por Maurice Strong, que contou com 113 países participantes, além de 250 organizações não governamentais e vários organismos da ONU. Essa conferência deu voz às diferenças entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos: os primeiros preocupados com a poluição industrial, a escassez de recursos energéticos, a decadência de seus mercados de ação e outros problemas inerentes aos seus processos de desenvolvimento; os segundos, com a pobreza e a possibilidade de se desenvolverem nos moldes que conheciam até então (BARBIERI, 1997).

No início dos anos 70, duas correntes diametralmente opostas se confrontavam. Os defensores do crescimento a qualquer preço percebiam o meio ambiente como sendo um mero capricho de burgueses ociosos, ou então como mais um obstáculo colocado ao avanço dos países do hemisfério Sul em processo de industrialização. Segundo eles, haveria tempo de sobra para nos ocuparmos do meio ambiente, a partir do momento em que

os países periféricos atingissem os níveis de renda per capita dos países do Centro. À esquerda e a direita compraziam-se, além disso, em cultivar um otimismo epistemológico a toda prova baseado no pressuposto de que a humanidade encontraria sempre as inovações técnicas necessárias para prosseguir em sua marcha ininterrupta rumo ao progresso material. No outro extremo, os catastrofistas que anunciavam o apocalipse para o dia seguinte dividiam-se em duas facções: por um lado, aqueles que apregoavam o fim iminente em consequência do esgotamento dos recursos naturais; e por outro, aqueles que anteviam a chegada da catástrofe em consequência da poluição excessiva. (SACHS, 1986, p. 1).

A Conferência de Estocolmo foi “a primeira manifestação dos governos de todo o mundo para discutir as consequências da economia sobre o meio ambiente, quando foi inicialmente delineado o conceito de desenvolvimento sustentável”. (SEIFFERT, 2011, p. 12)

Apesar das divergências e da complexidade das questões em debate, a Conferência de Estocolmo representou um avanço nas negociações entre países, e pode-se dizer que constituiu o marco fundamental na evolução da percepção dos problemas relacionados ao binômio desenvolvimento/meio ambiente. Ela gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e produziu um Plano de Ação Mundial, com o objetivo de orientar o uso racional dos recursos naturais e a melhoria no ambiente humano. Outro resultado importante do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), encarregado de monitorar o avanço dos problemas ambientais no mundo (DIAS, 2006).

Segundo Barbieri (1997, p. 19-20):

[...] o Brasil nessa Conferência defendeu o desenvolvimento a qualquer custo e não reconheceu a gravidade dos problemas ambientais. A poluição da pobreza também foi à posição defendida pela representação brasileira. Explica-se tal posição, mas não se justifica. O Governo brasileiro naquela época (1972) empenhava-se na sustentação de uma política desenvolvimentista através da industrialização substitutiva de insumos industriais e da expansão das fronteiras agrícolas e dos distritos minerais em áreas de ecossistemas frágeis. Essa política foi altamente desastrosa tanto do ponto de vista ambiental, quanto social.

A partir da Conferência de Estocolmo, a temática do meio ambiente começou a ter um foco maior globalmente, bem como uma relevância nas atitudes dentro das esferas sociais. Segundo Hurtubia (1976), Maurice Strong (diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) utiliza em 1973, pela primeira vez, o termo “ecodesenvolvimento”, referindo-se a um desenvolvimento econômico e social no qual é incorporada a noção de meio ambiente.

No contexto da Conferência de Estocolmo e como parte das iniciativas de criação e implementação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), coube a Maurice Strong introduzir o conceito de ecodesenvolvimento para designar uma ideia-força capaz de impulsionar, de forma criativa, iniciativas de dinamização socioeconômica sensíveis aos fenômenos de degradação ecossistêmica e marginalização social, cultural e política. Pensava-se inicialmente nos desafios suscitados pela situação característica das zonas rurais dos países pobres. Os adeptos desta concepção essencialmente antitecnocrática, ou de baixo para cima (bottom-up), preconizavam uma gestão mais racional de recursos comuns, capaz de valorizar o know-how e a criatividade endógena das comunidades locais. (VIEIRA; BERKES, SEIXAS, 2005, p. 344).

O ecodesenvolvimento surge, então, como uma resposta à necessidade de colocar em sincronia os processos ecológicos e os processos socioeconômicos, gerindo-se a produtividade dos sistemas ecológicos, com o propósito de satisfazer as necessidades básicas da população em curto, médio e longo prazo (HURTUBIA, 1976). Com essa perspectiva, abre-se a noção de substituir o uso de recursos não renováveis por recursos renováveis. Sachs (1993, p. 24-27) explica melhor essa noção, com base em cinco dimensões constituintes do ecodesenvolvimento:

1. Sustentabilidade social: está relacionada à construção de processos de desenvolvimento baseados em outro tipo de crescimento e outro tipo de sociedade, a chamada civilização do ser e não do ter;
2. Sustentabilidade econômica: possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. [...] a eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrosociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade microempresarial;

3. Sustentabilidade ecológica: de maneira paulatina, deve possibilitar uma intensificação do uso dos recursos potenciais dos distintos ecossistemas com o mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida. Buscar limitar o consumo de recursos não-renováveis e produtos facilmente esgotáveis, substituindo-os por recursos renováveis. Redução da poluição (através da reciclagem) e diminuição do consumo. Intensificação da pesquisa com o fim de produzir tecnologias limpas e, por fim, definir regras para proteção ambiental, bem como de um aparato institucional que assegure o cumprimento das normas propostas;
4. Sustentabilidade espacial: almeja a melhoria da relação rural-urbano através de um equilíbrio na distribuição territorial das pessoas e suas atividades;
5. Sustentabilidade cultural: está relacionada à [...] busca das raízes endógenas nos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitam as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Devem-se levar em consideração, também, seis níveis para se pensar o ecodesenvolvimento, segundo Sachs (1986, p. 15):

1. a estrutura de consumo: depende da distribuição da renda e dos valores da sociedade;
2. o regime político: a forma como este se responsabiliza pelos custos sociais. Ou seja, se meramente através de regras de mercado – regras das economias capitalistas, de externalizar custos, se por intermédio dos princípios de economias planificadas, ou formas mistas.
3. as técnicas empregadas: despoluição associada à escalada de produção e dos seus danos, a utilização de técnicas não destruidoras, que internalizam a dimensão ambiental.
4. modalidades dos recursos naturais e de energia: analisadas sob aspectos dos desperdícios de recursos raros, das possibilidades da reciclagem dos desperdícios e do controle da taxa de obsolescência de certos bens duráveis e de equipamentos, para se diminuir a utilização dos recursos raros neles incorporados.
5. as formas de ocupação dos solos, visto que produções e

atividades idênticas acarretam efeitos muito diversos, segundo a sua localização.

6. o tamanho, o ritmo de crescimento e a distribuição da população (contudo, deve-se levar em consideração o consumo per capita).

Com base nesses pressupostos, Sachs (1986, p. 18) define ecodesenvolvimento como

[...] um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso, aí desempenhando papel importante à adaptação ao meio postulada pelos antropólogos.

Com esses conceitos, Ignacy Sachs orienta o ecodesenvolvimento a dois momentos. No primeiro, um “estilo” de desenvolvimento aplicável a projetos localizados não só em áreas rurais, mas também urbanas, oposto à diretriz mimético-dependente tradicionalmente incorporada pelos países pobres, orientado prioritariamente pela busca de satisfação de necessidades básicas e pela promoção de autoconfiança nas populações envolvidas no processo. No segundo momento, o conceito de ecodesenvolvimento designava também um enfoque de planejamento e gestão participativa de estratégias plurais de intervenção, adaptadas à especificidade de cada contexto socioecológico. Sachs refere-se, aqui, a uma diretriz fundamental de “harmonização” entre as iniciativas de dinamização socioeconômica, a consolidação e o aprofundamento de uma cultura política democrático-participativa, a distribuição equitativa da riqueza e a gestão ecologicamente prudente da base de recursos naturais (VIEIRA et al., 2005).

Em 1974, a Assembleia Geral da ONU, na sua sexta seção especial, adotou uma Declaração sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial, baseada na equidade, autodeterminação, interdependência, interesse comum e cooperação entre os Estados-membros. Entre as questões citadas na Declaração, merecem destaque: a regulamentação e supervisão das atividades das corporações transnacionais em função dos interesses nacionais; a necessidade de implementar relações de trocas internacionais justas; acesso à ciência e tecnologia pelos países em desenvolvimento; a necessidade de por fim aos desperdícios dos recursos naturais; e a necessidade dos países não

desenvolvidos de usar seus recursos nos seus processos de desenvolvimento (BARBIERI, 1997).

Também em 1974 foi apresentada a Declaração de Cocoyoc e o Relatório Que Faire, apresentado pela Fundação Dag Hammarskjold, no final de 1975, por ocasião da 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas, a qual reatualizou o modelo esboçado por Sachs, mas sem que o termo “ecodesenvolvimento” tenha sido veiculado de forma explícita. Segundo Vieira et al. (2005, p. 345):

a bibliografia especializada faz alusão a outros termos – um outro desenvolvimento ou desenvolvimento endógeno, por exemplo – que passaram a fazer parte dos esquemas de comunicação social das organizações internacionais envolvidas com a questão do meio ambiente naquela época. Isto pode ser talvez explicado pelo fato de que tais denominações refletiam conotações supostamente menos radicais em termos ideológicos e coerentes, relativamente a uma diretriz de negociação diplomática cautelosa, com a ideia de uma nova ordem econômica internacional.

1.3 Década de 1980

Em 1980, é elaborada a I Estratégia Mundial para a Conservação (IUCN), com a colaboração do PNUMA e do World Wildlife Fund (WWF), a qual adota um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No referido documento, aparece pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”³ (DIAS, 2006 apud SEIFFERT, 2011). De acordo com esse documento, uma estratégia mundial para a conservação da natureza deve alcançar os seguintes objetivos:

- (1) manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do Ser humano;
- (2) preservar a diversidade genética; e
- (3) assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana. (BARBIERI, 1997, p. 23).

³ A expressão “ecodesenvolvimento” aos poucos foi sendo substituída por “desenvolvimento sustentável”, embora ainda seja bastante utilizada em diversos países europeus, asiáticos e latino-americanos, como informa Sach (1993, p. 2).

O objetivo da conservação é manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento, e este deve, por sua vez, levar em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações.

Em 1983, é formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), a qual era presidida pela ex-Primeira-Ministra da Noruega, GroHarlem Brundtland, que teve como objetivos examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis para a solução dos problemas existentes. Alguns desses objetivos eram:

- (1) propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante;
- (2) recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento;
- (3) considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; e (4) ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente. (CMMAD, 1991, p. 11).

Embora os temas recomendados se vinculem mais fortemente a questões ambientais, a Comissão, segundo Barbieri (1997), desde o início tratou de discuti-los como questões decorrentes dos processos de desenvolvimento adotados pelos países.

Apenas em 1987 é publicado o Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*). Esse relatório aponta para a desigualdade existente entre os países e para a pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais, contribuindo para disseminar o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que surge formalmente, introduzindo a premissa de que o desenvolvimento econômico deve se realizar sem comprometer as necessidades das futuras gerações (FERNANDES, 2005).

O relatório define as premissas do que seria o desenvolvimento sustentável, o qual contém dois significados-chave: o de “necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade”; e “a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades das gerações presentes e futuras” (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Conforme o relatório, em essência, o desenvolvimento sustentável é

um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CMMAD, 1991, p. 49).

Os principais objetivos das políticas derivadas desse conceito de desenvolvimento são:

retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torna-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia; atender as necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório. (CMMAD, 1991, p. 53).

Essas recomendações apontam para um novo tipo de multilateralismo, baseado em uma vinculação estreita entre comércio internacional, meio ambiente e crescimento econômico global. A ideia básica seria alcançar uma economia mundial sustentável. Porém, para se chegar à ideia de uma economia mundial sustentável, o relatório Nosso Futuro Comum mostra que

o desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as consequências da destruição ambiental. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Elas fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito. (1991, p. 40).

O relatório aponta quatro questões importantes para o entendimento da sustentabilidade: primeiro, os desgastes do meio ambiente estão interligados; segundo, os desgastes ambientais e os padrões de desenvolvimento econômico se interligam; terceiro, os problemas ambientais e econômicos estão ligados a vários fatores sociais e políticos; quarto, os ecossistemas transpassam as fronteiras nacionais (BARBIERI, 1997). Por isso, o relatório recomenda que

não pode haver um único esquema para o desenvolvimento sustentável, já que os sistemas econômicos e sociais diferem muito de país para país. Cada nação terá de avaliar as implicações concretas de suas políticas. Mas apesar dessa diferença, o desenvolvimento sustentável deve ser encarado como um objetivo de todo mundo. (CMMAD, 1991, 44).

Conforme demonstrado, não se pode pensar em desenvolvimento sustentável com os mesmos critérios, seja de política para política ou de nação para nação. É necessário que se revisem as práticas de desenvolvimento antigas para se alcançar “o outro desenvolvimento”, como fala Sachs (1980). Na verdade, tratamos de um novo paradigma de desenvolvimento. E para chegar a esse novo paradigma de desenvolvimento, Sachs explica que se deve considerar simultaneamente as seguintes dimensões: (1) sustentabilidade social, (2) sustentabilidade econômica, (3) sustentabilidade ecológica, (4) sustentabilidade espacial, e (5) sustentabilidade cultural.

Como sintetiza Maurice Strong, secretário do CNUMAD, para se alcançar essas dimensões da sustentabilidade e, conseqüentemente, desse novo paradigma de desenvolvimento, é necessário obedecer simultaneamente aos seguintes critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica (SACHS, 1993, p. 7).

1.4 Década de 1990

A década de 1990 colocou em evidência o desenvolvimento sustentável, havendo um grande impulso na consciência ambiental dos países, principalmente desenvolvidos, os quais começaram a aceitar pagar um determinado preço pela qualidade de vida e sua sobrevivência nos ecossistemas. Em outubro de 1990, em Genebra, ocorreu a Conferência Mundial sobre o Clima, promovida pela Organização Mundial de Meteorologia, em que se discutiu a questão dos desequilíbrios globais (DIAS, 2003).

A II Estratégia Mundial para a Conservação, “Cuidando da Terra”, ocorreu em 1991 e instaurou o documento conjunto do IUCN, PNUMA e WWF. Mais

abrangente que o formulado anteriormente, baseado no Relatório Brundtland, preconizava o reforço dos níveis políticos e sociais para a construção de uma sociedade mais sustentável (DIAS, 2006).

Em 1992, representantes de 178 países, incluindo cerca de 100 chefes de Estado, estiveram presentes na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (CNUMAD). Simultaneamente a esse evento oficial de caráter intergovernamental, realizou-se o Fórum Global das ONGs, reunindo cerca de 4.000 entidades da sociedade civil do mundo todo e tendo como resultado 36 documentos e planos de ações. Esses dois eventos foram denominados popularmente de Eco-92 ou Rio 92 (BARBIERI, 1997).

A CNUMAD teve como resultado a aprovação de vários documentos, envolvendo convenções, declarações de princípios e a Agenda 21, considerada um dos resultados mais importantes. Todos eles foram aprovados após negociações intensas e desgastantes, que muitas vezes desfiguraram os seus objetivos originais. Os documentos oficiais aprovados nessa conferência foram os seguintes:

- a) Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o desenvolvimento;
- b) Convenção sobre Mudanças Climáticas;
- c) Declaração de Princípios sobre Florestas;
- d) Convenção sobre a Biodiversidade; e
- e) Agenda 21

Pode-se dizer que a CNUMAD iniciou um novo ciclo de conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente no âmbito da ONU, destacando-se, entre outras: a Conferência sobre Direitos Humanos (Viena/1993); a Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo/1994); a Conferência sobre Desenvolvimento Social (Copenhague/1995); a Conferência sobre Mudança Climática (Berlim/1995); a Conferência sobre a Mulher (Pequim/1995); e a Conferência sobre Assentamentos Urbanos (Istambul/1996). Esse novo ciclo objetivou implementar os tratados e convenções produzidos pela CNUMAD (BARBIERI, 1997).

Em 1997, no Japão, aconteceu a 6ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP6), na qual foi assinado o Protocolo de Kyoto. A conferência reuniu representantes de 166 países para discutir providências em relação ao aquecimento global.

Segundo Seiffert (2011, p. 17):

o Protocolo funciona como uma espécie de adendo à Convenção do Clima e estabeleceu como meta para 38 países industrializados reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito em 5,2%, no período de 2008 até 2012, em relação aos níveis existentes em 1990.

1.5 Século XXI

Neste subitem, serão mencionadas apenas as duas Rios (+10 e +20). Por uma questão de síntese, os demais eventos e conferências deste milênio não serão mencionados.

Em 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas organizou a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDS), conhecida como Rio+10, a qual ocorreu em Johannesburgo, África do Sul, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002. Ela teria como objetivo avaliar a situação do meio ambiente global, em função das medidas adotadas na CNUMAD (DIAS, 2006).

Desse evento resultaram dois documentos: a Declaração Política e o Plano de Implementação. A Declaração Política tem como título “O Compromisso de Johannesburgo por um desenvolvimento Sustentável” e está estruturada em seis grandes temas:

1. Desde nossas origens até o futuro;
2. Desde os Princípios do Rio até o Compromisso de Johannesburgo: por um desenvolvimento sustentável;
3. Os grandes problemas que devemos resolver;
4. O compromisso de Johannesburgo por um desenvolvimento sustentável;
5. O multilateralismo é o futuro;
6. Como lográ-lo.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. Considerada o maior evento já realizado pelas Nações Unidas, a Rio+20 contou com a participação de chefes de Estado de 190 nações, que propuseram mudanças, sobretudo no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta. Além das questões ambientais, foram discutidos aspectos relacionados a questões sociais, como moradia, pobreza, agricultura, entre outros.

O objetivo da Conferência era assegurar um comprometimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes. Os dois temas em foco foram: a) a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e b) o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Ambos norteiam que o desenvolvimento sustentável enfatiza uma abordagem holística, equitativa e clarividente à tomada de decisões em todos os níveis, não enfatizando apenas a forte performance econômica, mas a equidade intra e intergeracional.

Considerações Finais

Após uma leitura sintética da evolução histórica do ecodesenvolvimento até o desenvolvimento sustentável em aproximadamente cinco décadas, pode-se notar que, embora seja um conceito amplamente utilizado, não existe uma única visão do que seja. Para alguns teóricos, alcançar o desenvolvimento sustentável pode ser o crescimento econômico contínuo através de um manejo mais racional dos recursos naturais e da utilização de tecnologias mais limpas e eficientes. Para outros, é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza local e global, elevar a qualidade de vida, satisfazer as necessidades básicas da humanidade, oferecer princípios e orientações para um desenvolvimento harmônico das sociedades e considerar a apropriação dos recursos ambientais em uma forma de transformação sustentável (DIAS, 2006; SEIFFERT, 2011).

Considerando que o conceito de desenvolvimento sustentável sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, passa a incorporar o significado de manutenção e conservação *ab aeterno* dos recursos naturais. Isso exige avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, bem como novos conceitos de necessidades humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

Não se discute que o desenvolvimento sustentável, após sua longa caminhada histórica de evolução, representa para a humanidade um novo paradigma para lidar com a complexidade, o qual envolve, para sua compreensão, um conhecimento interdisciplinar e transdisciplinar. Para notar essas mudanças

de paradigmas, basta contrastar o paradigma cartesiano, que por séculos rege a sociedade, com o novo paradigma sustentável, proposto para se almejar esse *outro desenvolvimento* (SACHS, 1993).

Quadro 1 – Paradigma cartesiano (crescimento econômico) *versus* paradigma da sustentabilidade (desenvolvimento)

| Cartesiano | Sustentável |
|---|--|
| Reduccionista, mecanicista, tecnocêntrico | Orgânico, holístico, participativo |
| Fatos e valores não relacionados | Fatos e valores fortemente relacionados |
| Preceitos éticos desconectados das práticas cotidianas | Ética integrada ao cotidiano |
| Separação entre o objetivo e o subjetivo | Interação entre o objetivo e o subjetivo |
| Seres humanos e ecossistemas separados, em relação de dominação | Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia |
| Conhecimento compartimentado e empírico | Conhecimento indivisível, empírico e intuitivo |
| Relação linear de causa e efeito | Relação não linear de causa e efeito |
| Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes | Natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, o todo maior que a soma das partes |
| Bem-estar avaliado pela relação de poder (dinheiro, influência, recursos) | Bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre os sistemas ambientais e sociais |
| Ênfase na quantidade (renda <i>per capita</i>) | Ênfase na qualidade (qualidade de vida) |
| Análise | Síntese |
| Centralização de poder | Descentralização de poder |
| Especialização | Transdisciplinaridade |
| Ênfase na competição | Ênfase na cooperação |
| Pouco ou nenhum limite tecnológico | Limite tecnológico definido pela sustentabilidade |

Fonte: ALMEIDA (apud TINOCO; KRAEMER, 2004); SEIFFERT, 2011.

Com base nesse novo paradigma da sustentabilidade, nesse outro modelo de desenvolvimento, é que se instaura o desenvolvimento sustentável, o qual,

conforme Vieira (2002), apresenta-se em dois momentos: no primeiro, trata-se de um novo estilo de desenvolvimento aplicável a projetos localizados em áreas rurais e urbanas, orientado prioritariamente pela busca da satisfação de necessidades básicas e pela promoção da autoconfiança das populações envolvidas no processo; no segundo, o conceito designa também um enfoque participativo de planejamento e gestão de estratégias plurais de intervenção, adaptadas a contextos socioambientais específicos.

Dessa maneira, sem pretender se tornar uma alternativa ideológica para o crescimento, o conceito se amplia, visando atender às necessidades de superação da pobreza, da degradação ambiental e do caráter perverso do crescimento econômico. Também pode ser entendido como

um processo criativo de transformação do meio, com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício incon siderado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades reais de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. Promover o Ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para receber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica. (SACHS, 2007).

Dessa forma, nota-se que, embora possa se discutir o desenvolvimento sustentável por vários vieses, ele é, na realidade, a “expressão de uma crítica radical à ideologia economicista subjacente à suposta civilização industrial-tecnológica” (VIEIRA, 2009, p. 32). O ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, na verdade, é o porta-voz de um discurso ético-normativo, o qual pode dialogar entre populações e instituições, e revelar uma potencialidade embutida capaz de forjar novos cenários mundiais, do global ao local, da economia à política, da agricultura à tecnologia. É responsabilidade de todos esse projeto, esse novo cenário mundial a ser construído, que deve passar das grandes esferas às mais ínfimas territorialidades, assim a humanidade pode sonhar com uma perspectiva de regeneração sociocultural no futuro.

Referências

- AULETE, C. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964. 2 v.
- BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DIAS, R. *Gestão Ambiental*: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.
- _____. *Educação Ambiental*: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.
- FERNANDES, P. V. *Impacto ambiental*: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- HURTUBIA, J. et al. Hacia una conceptualización Del Ecodesarrollo. In: SIMPÓSIO SOBRE ECODesarrollo, 1., 1976, Cidade do México. *Anais...* Cidade do México: UNAM, 1976.
- KAPP, K. W. Environmental disruption and social costs: a challenge to economics. In: STREETEN, P. *Political economy and environment*: problems of method. Drancy: Part Three, 1972.
- MEADOWS, D. L. et al. *Limites do Crescimento*: um relatório para o projeto Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOURA, L. A. A. *Qualidade e gestão ambiental*: sugestões para implantação das Normas ISO 14000 nas Empresas. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento*: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. *Estratégias de transição para o século XXI*: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: FUNDAP, 1993.
- _____. *Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento*. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~nmd/do_crescimento_economico_ao_ecod.htm>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- _____. *A la recherche de nouvelles stratégies de développement*: enjeux du sommet social. 2. ed. Paris: UNESCO, 2007.
- SEIFFERT, M. E. B. *Gestão Ambiental*: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. *Gestão Integrada e Participativa de Recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIEIRA, P. F. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO AGRÍCOLA, 8., 2002, Camboriú, SC. *Anais...*. Camboriú, SC: EdUFSC, 2002. p.197-218.

_____. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. *Rev. Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 27-75, abr. 2009.

Recebido em: 08/01/2016

Aprovado em: 12/03/2016